

## Memorandum

# Participação jovem

**Sabemos que** “os jovens portugueses votam cada vez menos, mas não deixam de ser politicamente interessados”, optando por formas de participação não convencionais, como os protestos de rua, a assinatura de petições e as campanhas de boicote a marcas.

Esta é uma das conclusões do estudo “Participação Política da Juventude em Portugal”, promovido pelo Fórum Gulbenkian Futuro em parceria com o Centro de Estudos e Sondagens de Opinião da Universidade Católica Portuguesa (CESOP) e, em colaboração com as universidades de Aveiro, Lisboa, Minho e Porto.

Longe de ser uma surpresa, essa é uma evidência demonstrada em várias outras pesquisas, que convergem no mesmo sentido: as novas gerações não se reveem nos políticos, e revelam desinteresse, desconfiança e descrença em relação a dinâmicas partidárias.

Atentos ao fenómeno, que se tem traduzido em taxas de abstenção cada vez mais expressivas, sucessivas lideranças políticas têm alertado para a necessidade de inverter este quadro.

Por exemplo, o presidente da Assembleia da República, Augusto Santos Silva, chamou a atenção para o risco de [enfraquecimento da democracia](#), a partir da menor participação dos jovens.

Lembrando que “a taxa de abstenção eleitoral é bastante maior entre os jovens do que entre os mais idosos”, Santos Silva defendeu, num encontro com estudantes de Ciências da Comunicação, que “não devemos ignorar esses sinais de alerta”, sugerindo como possível solução “inquirir os jovens” e “estar disponível para ouvi-los”.

A proposta, partilhada em 2022, insiste numa prática que se repete, sem que consigamos vislumbrar os seus efeitos. Afinal, o que acontece quando os políticos inquirem os jovens, e manifestam disponibilidade para os ouvir?

À falta de resultados concretos, nós, na Mais Cidadania, entendemos que, para além de diagnósticos centrados na participação jovem, importa trazer como **foco de análise o modo como os políticos têm construído a sua relação com os jovens que auscultam.**

O exercício transporta-nos, desde logo, para a falta de canais abertos de comunicação, e/ou de escrutínio, visível no funcionamento dos Conselhos Municipais da Juventude (CMJ).

Quase 15 anos depois da publicação da Lei n.º 8/2009, que estabelece o regime jurídico desses órgãos consultivos em todas as autarquias do país, a medida continua por implementar na esmagadora maioria dos municípios, a avaliar pelos níveis de participação no [Encontro Nacional de Conselhos Municipais de Juventude](#).

Segundo os dados divulgados no âmbito desse encontro, de 308 municípios convidados apenas 88 participaram, dos quais 9% revelaram não ter CMJ e 59% indicaram não ter comissão permanente em funções.

O cenário explica-se em parte pela falta de vontade política, conforme se extrai do estudo [“Juventude\(s\) do local ao nacional – que intervenção”](#), financiado pelo Instituto Português de Desporto e Juventude e realizado pelo Observatório Permanente da Juventude, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

De acordo com essa investigação, de 2018, 34,1% dos municípios sem CMJ não entendem a sua implementação como uma medida prioritária. Ainda assim, “em 11,4% dos casos existe um deslocamento da responsabilidade por não haver um CMJ para os próprios jovens, justificando a ausência da medida (CMJ) nas faltas de dinamismo, interesse e de participação cívica dos jovens do concelho”.

Mas, até que ponto a juventude conhece esta forma de participação, e a reconhece como ajustada às suas necessidades?

Em busca de respostas, entrevistámos jovens e técnicos de juventude com experiência nesse e outros processos de auscultação, exercício que nos permitiu identificar os seguintes fatores críticos de sucesso:

- Acesso à Informação;
- Linguagem;
- Prestação de contas por parte dos decisores.

A partir desse levantamento, nós, na Mais Cidadania, **propomos que se aperfeiçoem os modos de inquirir e ouvir os jovens**, criando-se um sistema de monitorização municipal, que permita cumprir três objetivos principais:

1) Identificar os processos de auscultação jovem que ainda estejam abertos à participação; 2) Consultar os processos de auscultação jovem já realizados e as propostas que resultaram dos mesmos; 3) Contabilizar quantas propostas foram efetivamente implementadas.

**Propomos igualmente que se inove, promovendo-se outras formas de participação** potenciadoras de reconhecimento e capacitação dos jovens.

Fazemo-lo convictos de que **importa decodificar a linguagem utilizada** nas políticas e medidas destinadas à juventude, **tornando-a acessível**; da mesma forma que urge

facilitar o acesso online a **recursos úteis para incrementar a literacia cívica e política**, consciencializando para a importância do voto e exercício de direitos e deveres.

Ao mesmo tempo, entendemos que boas ações desencadeiam novas boas ações, fluxo que importa alimentar, com divulgação e reconhecimento. Propomos, por isso, um **sistema de nomeação, em que qualquer pessoa possa indicar iniciativas jovens criadoras de impacto social** em diferentes domínios. Acreditamos que a nomeação de terceiros – em oposição à aut nomeação – permitirá mapear uma maior diversidade de projetos, favorecendo a representatividade e fortalecendo a cultura democrática.

Ao encontro do compromisso que nós, na Mais Cidadania, defendemos: a “**Pensar, Agir, Inspirar. Construimos mudança**”.